

O ESPÍRITO CRÍTICO CULTURAL

Juliane Cristian Silva Pinto¹

Nossa alma se amplia à medida que ela se enche.
Michel de Montaigne, [1580] 1987.

Resumo: Trata-se de uma reflexão acerca da pesquisa em construção no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, buscando discutir o processo de inserção no Curso de Doutorado, com projeto de tese aprovado no processo seletivo 2020, e o percurso teórico-metodológico inerente. Não por outra razão, parte das definições do que seja a Crítica Cultural (SANTOS, 2019) e do arcabouço teórico oriundo de relato de experiência (DURÃO, 2020) concedido à disciplina Seminários de Pesquisa em Crítica Cultural: Teorias e Métodos. Dessa forma, submete-se a memória à necessidade de historicizar o trabalho e seus encaminhamentos.

Palavras-Chave: Crítica Cultural. Método de Pesquisa. Memórias.

INTRODUÇÃO

Quem, atualmente, teria vontade de estudar Crítica Cultural? É normal encontrar pesquisadores que não têm noções exatas sobre as exigências dessa linha de concentração de estudos teóricos e o porquê da sua inserção na fissura entre a linguística e a literatura. Sendo que, a meu ver, todas as pesquisas empreendidas na área de Letras deveriam apresentar esta vinculação crítica ao estudar seus objetos e sujeitos de pesquisa.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (PÓS-CRÍTICA), pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Dedicar-se à pesquisa sobre as políticas indígena e indigenista, envolvendo lutas cosmopolíticas, autonomias indígenas, massacres indígenas no Brasil e movimentos sociais indígenas na América Latina, com financiamento FAPESB. Orientador: Dr. Osmar Moreira dos Santos. E-mail: juuchristian@hotmail.com.

Tal constatação não implica que o pesquisador contemporâneo faria um trabalho improficuo em qualquer área do conhecimento que lhe satisfaça.

Significa que o Programa *stricto sensu* em Crítica Cultural implantado, em 2009, no *Campus* II da Universidade do Estado da Bahia, contempla pesquisadores que tenham interesse no aprofundamento das questões pertencentes aos domínios linguísticos (língua, linguagens, letramento) e literários (literatura e cultura), ambos concatenados pela Educação. Neste caso, trata-se de âmbitos que já são focalizados nas escolas ou universidades, geralmente, locais de trabalho do pesquisador. Por outro lado, se estou empenhada em estabelecer significados para a Crítica Cultural, devo ter ciência de que não se confunde com a Crítica Literária ou os Estudos Culturais, mas fomenta uma interpretação que recorre à diferentes conceitos de disciplinas que tiveram suas viradas teóricas a partir das ressonâncias da descoberta do signo linguístico, pelo linguista Ferdinand de Saussure, no início do século 20. Uma referência de peso, para se pensar nas vantagens de estudar Crítica Cultural no interior da Bahia, é o trabalho do Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos que destaca sua relevância:

[...] a pesquisa de ponta, em programas de pós-graduação em Linguística e Literatura no Nordeste do Brasil, é descobrir os dispositivos de poder e de saber reativos, e desativá-los, propor uma pedagogia geral de desativação, a favor de mais cidadania cultural, mais democracia e participação direta da comunidade linguístico-literária, aqui entendida de forma ampla, e não apenas o corpo docente e discente de programas *stricto sensu*; no segundo texto, há um mapa da pesquisa linguística no ocidente, seus modos de abordagem filosófico, filológico, crítico-literário e, finalmente, o linguístico puro, a partir do *Curso de Linguística Geral*, de 1916, para, através da emergência da Linguística Crítica, questionar os pressupostos da linguística pura, e fazer novas exigências teóricas, metodológicas e do ponto de vista da expressão dos falantes e suas várias dimensões e papéis na construção da sociabilidade e liberdade humana, sobretudo nas periferias do mundo.

Tendo em vista esse objetivo, no trabalho desenvolvido a partir da imersão na Linha 1: Literatura, Produção Cultural e Modos de Vida, no tempo do Mestrado (2017-2019), pude estabelecer contato com a literatura de autoria indígena, e não me limitar a essa tradição, mas mapear a representação na literatura não-indígena. Isso deixa claro que o desabrochamento do espírito crítico cultural pode assumir diversas formas. Em seu conjunto, abrange a autoria das minorias aliada à imérita invenção na academia, sendo que a primeira deve ser sobreposta à segunda. Aqui, o maior desafio, talvez, do pesquisador em Crítica Cultural seja aplicar essa regra, visto que, seria mais confortável apenas expor ou desmascarar a representação já posta.

Ao discutir a questão, vislumbrando mostrar o que venho pesquisando no Programa, a nível de Doutorado, proponho uma reflexão anterior sobre o método da pesquisa em Literatura a partir do relato de experiência docente do Prof. Dr. Fábio Akcelrud Durão, Livre-Docente do Departamento de Teoria Literária da Unicamp. Ao tratar disso, leva-se em consideração a aderência do Pós-Crítica para a literatura, por meio da Linha 1, que me filio, e o ganho absorvido da discussão para aprofundar a pesquisa em andamento.

REFLEXÃO SOBRE A PESQUISA EM LITERATURA

A diversidade no Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural é interessante. Do Mestrado ao Doutorado inclui pesquisadores de áreas do conhecimento distintas. Deste modo, evoca condutas que ilustram as noções apreendidas pela filiação de cada pesquisador. No semestre 2020.1, os Seminários de Pesquisa em Crítica Cultural: Teorias e Métodos realizados durante às quintas-feiras, entre os dias 16/07 a 29/10, via plataforma do Google Meet GSuite, nos deu a oportunidade de conhecer e aprender a partir da experiência de vários professores

pesquisadores que de alguma forma fazem parte do Programa, seja como docente ou visitante.

Nos últimos encontros, também foi possível fazer um exercício de escuta dos projetos de alunos da Iniciação Científica, mestrados e doutorados filiados ao Programa. Essa iniciativa articulada pelo coordenador já citado, Osmar Moreira dos Santos, e contou com a colaboração dos demais ouvintes participantes das salas. Como resultado altamente positivo, os discentes contemplados puderam fazer melhorias nos seus projetos de pesquisa, com ampliação e ajustes necessários. Antes de acontecer esse momento específico na disciplina, vale frisar um momento anterior orquestrado pela colaboração do Prof. Fábio Durão, ocorrida em 13 de agosto de 2020.

Nela, foi postulada uma discussão acerca de seu livro “Metodologia da pesquisa em literatura”, publicado pela editora Parábola, em 2020, o qual deriva de um artigo encomendado, para a revista Delta de Linguística, intitulado “Reflexões sobre a metodologia de pesquisa nos estudos literários” (2015). Como conduz o título, trata-se de uma produção intelectual reflexiva sobre o que significa fazer pesquisa em literatura, levando em consideração que o conceito de crítica literária estaria acima da metodologia. Isto é, o foco se concentra na pesquisa metodológica dentro da literatura, oferecendo direcionamentos caros à qualquer pesquisador sério da área. Se o Doutorado em Crítica Cultural dá abertura para a pesquisa em literatura associada à linguística, os ensinamentos do referido professor não estão alheios à proposta dos Seminários.

Ao debater a questão central do novo livro, ele advertiu que não pretendia fazer nenhuma “receita de bolo, passo a passo ou escrever manual”, o que evoca um posicionamento relevante: “antes de começar a escrever algum trabalho intelectual, é preciso ter em mente o que deve ser evitado”. Essa proposição é primordial, pois à medida em que o pesquisador traça seu

percurso metodológico, ciente do que deve ser feito, não se embaraça com aquilo que nada contribui para o desenvolvimento da pesquisa. Eis, a seguir, as principais questões abordadas na arguição do professor.

1. *Pesquisa na universidade.* No primeiro momento, foi mencionado que a pesquisa só pode ser realizada no espaço-tempo da universidade, visto que, por intermédio dela o trabalho intelectual faz algum sentido. Dessa forma, aqueles que tiverem mais convicção disso terão facilidade em compreender como a pesquisa deve ser feita. Tal entendimento precisa se manifestar, sobretudo, no processo de enfraquecimento da ideia de pesquisa em Letras que estamos vivenciado, com o corte de verbas operacionado pelo atual governo de tendência fascista. Sem a valorização do trabalho intelectual (lê-se a universidade de modo geral), logo a sociedade estará indo para “o precipício, vai se desintegrar”.

2. *Relação entre literatura e universidade.* Para Durão, é possível pensar na centralidade da universidade, visando a constituição de uma vida literária. O acesso à literatura, ou seja, à leitura séria de ficção se dá justamente com a entrada do estudante no curso de Letras. Então, quando se tem um ensino precário de literatura na escola, sem participação em clube de leitura ou prática de leitura literária em casa, o ensino superior surge como a única opção de imersão efetiva nos estudos literários. Isso não significa dizer que seja impossível a literatura ser importante na vida de alguém antes do ingresso na universidade. Inclusive, há muitos adolescentes que valorizam o ato de ler mesmo isento de acompanhamento voltado à crítica literária, assim como os demais pertencentes à classe média alta. Mas, a vida literária com louvor, concentração, desejo ou até mesmo alucinação só é permitida no referido local, em contato com outros pesquisadores e pela experiência da própria pesquisa.

Nesse sentido, o professor postulou a dialética da relação entre a universidade e a literatura, como veremos doravante.

3. *Liberdade de escolha do objeto*. Em vez de se obrigar o estudante de Letras a pesquisar algo pré-estabelecido, presa-se a ideia de liberdade na universidade. Assim, todos podem escolher o sujeito ou objeto de pesquisa, conforme seus interesses particulares. Ao ver do professor, isso permite estudar qualquer tema que seja reprovável moralmente, considerado tabu pela sociedade e que sofre processo de exclusão social e preconceito. Essa diversidade atrai, obviamente, críticas, mas o pesquisador não deve ter preocupação quanto a isso, uma vez que, o julgamento moral da pesquisa é irrelevante, bem como a opinião dos outros. Essa afirmação parece contraditória, se comparada com o que é dito no artigo “Perspectivas da crítica literária hoje” (2016), em que Durão destaca a necessidade de *exteriorização* da pesquisa. Entretanto, entende-se que esse *tornar público* fortalece o problema. Nessa esteira, apenas quando a crítica pretende contribuir de maneira significativa ao desenvolvimento da pesquisa, a opinião dos outros faz alguma importância. A universidade é um espaço *sine qua non* para construção da objetividade, e, no processo, o argumento mais forte será sempre vencedor.

4. *Metodologia da pesquisa em literatura*. Pode-se atribuir ao acolhimento da literatura na universidade uma cobrança. Trata-se da imposição de que a pesquisa em literatura resulte na produção de conhecimento, algo que tenha uma relevância social. Portanto, o estudo literário na universidade não pode ser um encontro centrado na pura discussão de obras consideradas patrimônios mundiais, sem a devida produção intelectual adjunta. Todavia, isso está longe de não prejudicar a literatura. Ao ver de Durão, o pedido, de certa forma justo, que a universidade faz para quem estuda literatura, provoca uma relação de tensão. Isso porque, a disciplina segue uma direção de intransitividade, ou

seja, “deve ser estudada como um fim em si mesmo”, “arte pela arte”. Mas, quando a instituição solicita a prestação de contas para a sociedade, a literatura deixa de ser um objeto de prazer, para teorizar-se, com ponto de partida nas práticas cotidianas. Neste ponto, sua relação com a vida comum é legitimada.

Assim, se por um lado a universidade estabelece bases concretas para o desenvolvimento da pesquisa, fornecimento de espaço e bolsas, por outro pouco se importa com a relação subjetiva entre o pesquisador e a literatura. Isso porque, ela está interessada com a pesquisa de fato, que significa “a produção de conhecimento novo”. Em outras palavras, o que é feito na relação de pesquisa, de modo que a abertura para o trabalho com a literatura seja a tônica. Para simplificar a metodologia, Durão esclarece: “sentar, ter um montão de coisa, ter ideia, conversar com as pessoas sobre as ideias e escrever”. Essa dinâmica não precisa de uma ordem fixa, pois as etapas “se imbricam e acontecem ao mesmo tempo”.

É possível constatar que, mesmo a universidade não reconhecendo o interesse pessoal do pesquisador com a literatura, este ainda está em vantagem no que diz respeito ao processo de criação. Se ele gosta do que faz, isso produz curiosidade, e, como consequência, torna mais fácil a construção da pesquisa. Dessa forma, Durão destaca que, quanto mais a curiosidade for aflorada, haver acúmulo de leituras e imersão no universo cultural, vai ser mais tranquilo encontrar um objeto ou sujeito de pesquisa que desperte prazer ou desprazer. Com efeito, até não gostar de algo pode facilitar o processo de escrita sobre. Entretanto, ele mostra que é mais interessante louvar e criticar sem, com isso, ter a obrigatoriedade de tomar partido.

Sobre a questão, ao revisitar minhas memórias de pesquisa, recorro o momento aproximado em que fui tomada pelo afã de compreender a temática indígena na literatura. Era uma adolescente, cursando a 1ª série do Ensino Médio e encenei a

cena de “Iracema”, clássico de José de Alencar, em que a protagonista conhece Martim. Algo que me deixou intrigada foi o fato dela ter abandonado a aldeia Tabajara, inclusive, ter cortado todas as relações com os familiares e amigos para aliar-se aos Potigara, antes considerado povo inimigo. Fez isso motivada pelo ímpeto de proteger o português, o que demonstra uma redução do eu indígena fora do comum. À época, não tive uma inspiração maior para estudar sobre isso até chegar na graduação em Letras e conhecer a história sobre a invasão do território brasileiro. De lá para cá, tenho buscado me aprofundar nos estudos sobre a barbárie acometida aos indígenas, afim de contribuir com sua causa-condição.

5. *Elaboração da hipótese.* Convém acrescentar, ainda, o processo de formação da hipótese de leitura. Segundo Durão, essa questão é autoevidente, mas carece de ser dita para que seja evidenciada sua relevância no desenvolvimento da pesquisa. Assim, a hipótese de leitura é caracterizada pelo significado do objeto adicionado a algo que, supostamente, não o pertence, postulado pelo pesquisador. Em “Reflexões sobre a metodologia de pesquisa nos estudos literários” (2015), ele dedica explicação com riqueza de detalhes:

A estrutura proposicional do gesto interpretativo é simples: x significa y. O primeiro termo é algo que pode ser dado, que está imediatamente presente no objeto, embora não precise ser óbvio; na realidade, decalcá-lo já envolve imaginação e engenhosidade, e quanto menos evidente for à primeira vista, tanto mais interessante poderá ser a interpretação. Y, por outro lado, é um elemento que aparentemente vem de fora, que parece ser proposto pelo intérprete e originar-se em sua mente (DURÃO, 2015, p. 383).

A mera descrição do objeto, nesse caso, é insuficiente. Isto é, prevalece que o objeto X tem características Y, desprovido de avanço na interpretação. No entanto, a partir de uma descrição criteriosa, a hipótese de leitura é constatada. Logo, o esforço

analítico do pesquisador origina o Y. Nessa perspectiva, a hipótese de leitura pode ser reconhecida como um adendo que não é visível na obra, porém efeito de uma informação interpretativa oriunda de um *insight*, intuição ou epifania que “gruda no texto”. Parece que sempre fez parte dele, e, doravante, à medida que ocorra outras leituras da obra, em que se deduziu a referida hipótese, ela estará sempre presente.

Vista por esse prisma, a pesquisa em literatura é articulada por um processo de interpretação aliado ao contexto de institucionalidade. Por conseguinte, na universidade o estudante pode pesquisar sobre o objeto que quiser e configurá-lo da maneira que lhe apraz, mesmo que o artefato já tenha sido muito estudado, pois ela está interessada nos resultados obtidos. Mas, do ponto de vista de Durão (2015), apesar das obras literárias acolherem o que é dito sobre elas, não se pode dizer qualquer coisa. As proposições norteadoras precisam de uma justificativa pautada na coerência das ideias. Nesse sentido, afirma que a pesquisa necessita de crítica para alçar voo.

À guisa de conclusão, fazer pesquisa em literatura não é tarefa fácil, mas que deve ser continuada para manutenção da democracia do acesso à leitura no Brasil. De forma mais geral, é comum o brasileiro tecer severas críticas ao país e não valorizar seus pontos positivos, como a universidade, cujo foi modelo consolidado nos governos de Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016). Na concepção de Durão, esse paradigma necessita ser revisto, pois a universidade é o local por excelência onde torna possível a crítica. Caso seja fechada, o consumo de literatura voltará para a residência dos mais afortunados. Isso porque, essa alta cultura não vai se extinguir, mas o acesso não será ampliado como é hoje. Deste ponto de vista, a luta pela democratização da literatura deve ser continua, aliada à permanência do ensino público e gratuito, com bolsas de pesquisa para facilitar a vida do estudante, sobretudo, proveniente do curso de Letras que é o

grande fomentador de inclusão social dos mais pobres devido à baixa concorrência. Veremos, a seguir, um breve relato do processo de inserção da minha pesquisa no Doutorado em Crítica Cultural.

A PESQUISA EM CONSTRUÇÃO

Em princípio, não imaginava que pudesse continuar minha pesquisa sobre o indígena brasileiro, na perspectiva da Crítica Cultural. Isto seria um retrocesso, não menos perigoso do que a possibilidade de buscar um novo sujeito de pesquisa. Sob esse aspecto, defendi a Dissertação intitulada “Escrituras de ‘índio’: modos estético-políticos de combater e superar as ordens de despejo”, em 03 de junho, de 2019, à luz da orientação do Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos. Entretanto, a abertura do Curso de Doutorado, no Programa, continuava sendo um vislumbre, embora, já tivesse sido encaminhada.

Era o mês de agosto do referido ano, quando tomei conhecimento de que o Doutorado em Crítica Cultural havia sido aprovado a contento. Movida pela satisfação de ter minhas inquietações apaziguadas, planejei fazer avançar o estudo anterior, no mesmo Programa. Neste, um dos eixos de análise foram as “Escrituras de índio”, território epistemológico ocupado pelas políticas indigenista, indianista e indígena, em que se discutiu e ampliou os empenhos dos povos indígenas, na cena estético-política brasileira contemporânea. Ressalta-se que o reconhecimento social dessa minoria, enquanto sujeitos históricos e de direito, como prevê os artigos 231 e 232 da Constituição Cidadã (1988), lhes rendeu a oportunidade de gestar uma cadeia produtiva própria voltada ao público urbano, a partir dos anos 1990.

Em compensação, nesse tempo de pesquisa, mapeei formas eficazes de ação frente ao apagamento da memória e dos modos de vida ancestrais. Sem pretender confinar o protagonismo

indígena, na literatura, isto é, concentrar a discussão, no limiar da árdua tarefa, dos seus representantes registrarem as línguas nativas, as tradições orais e produzirem memórias ficionalizadas, busquei refletir sobre o processo de formação escolar e acadêmica desses sujeitos, de que apostam, para conseguirem tornar o legado estético-político (re)conhecido à comunidade em geral, ao Estado brasileiro e à crítica especializada.

Apesar desse estudo nascer no âmago da valorização do indígena, parti do quadro de estratégias políticas forjado, pela Coroa Portuguesa, nos meandros da pós-invasão, e, posterior oligarquias brasileiras, para ser possível executar as ordens de despejo linguística, territorial, cultural e ontológica, conforme o estudo de Santiago (2008). Foi necessário, portanto, estudar um repositório de leis indigenistas. Como resposta à opressão indígena, destaquei as marcas de autoria impressas nas alianças, entre indígenas e estrangeiros, na Antropofagia e no sistema comunal. Sem deixar de lado, contudo, os tropeços da comunidade letrada brasileira, encabeçados por José de Alencar, Gonçalves Dias e Joaquim de Sousa Andrada, em seus discursos de acomodação e fim apocalíptico da história indígena. Dessa vez, também foi possível destacar o resgate, com saldo altamente positivo, proposto pela reversão dos modernistas Oswald de Andrade e Mário de Andrade.

Convém indicar que tais apontamentos, elementares da Dissertação, provêm, em certa medida, do amadurecimento da pesquisa a partir do trabalho realizado no Tirocínio Docente, com a disciplina Língua e Cultura Indígenas, até então inédita na grade curricular do Curso de Licenciatura em Letras Vernáculas, pela Universidade do Estado da Bahia, *Campus II*. Desse ponto de vista, ao estudar a política indígena, em sala de aula, foi constatado sua extinção ou raridade nos espaços escolares locais, mediante mapeamento em escolas públicas dos municípios de Entre Rios e Alagoinhas. A escassez da figura indígena diz respeito,

inteiramente, à precariedade de um ensino que preza as comemorações do dia 19 de abril (Decreto-lei 5.540/1943) e a representação nos textos de padres jesuítas, bem como autores românticos e modernistas. Trata-se de uma didática que não leva em consideração o indígena contemporâneo e seus modos de produção.

Dessa maneira, voltar-se para um contexto eficaz da temática indígena na escola e na universidade, pública e privada, é crucial, não só pela força do rigor da Lei nº 11.645/2008, que trata da obrigatoriedade deste ensino, mas a favor da formação continuada de estudantes e professores mais humanos e conscientes da pluralidade étnica e cultural brasileira. Esse procedimento resulta na transformação do olhar dos envolvidos que passam a conhecer os indígenas como sujeitos históricos e culturais, articulados em rasgar a História oficial e assegurar o direito à diferença. Ciente disso, realço a necessidade de revisão das velhas práticas pedagógicas que de nada contribuem para a ressignificação da história única, valendo-se do direito constitucional de implantação efetiva da referida lei nos espaços escolares.

Para além disso, entre 2012 e 2016, ingressa no Curso de Licenciatura em Letras, Língua Francesa e Literaturas, pela Universidade do Estado da Bahia, desenvolvi a monografia intitulada “Visões do paraíso: Thevet, Léry e Diderot”, que foi um dos resultados dos dois anos de trabalho, 2013-2015, na Iniciação Científica orientada pela Profa. Dra. Edil Silva Costa, coordenadora do “Projeto Acervo de Memória e Tradições Orais da Bahia: cartografias”. O mito do paraíso, no sentido estudado, preconizou a literatura de viagem sobre o Brasil quinhentista, contemplando a viagem filosófica das luzes e sua evocação à figura rousseauiana do *bon sauvage*. Em nome desse estudo, busquei esclarecer a inquietação frente à incipiente documentação sobre as vozes indígenas, mas que não pude avançar, além das

limitações do século 18, senão no tempo de formação no Mestrado em Crítica Cultural, como indiquei.

Por último, no projeto inicial de tese de doutoramento, darei seguimento a pesquisa de Mestrado, no sentido em que divulgarei suas demandas territoriais e denunciarei a barbárie que lhes é acometida pelo desmando do governo Bolsonaro. Essa mobilização luta contra defuntas políticas indigenistas que estão sendo revigoradas pelo extermínio dissimulado ou legislado no Brasil. Nessa perspectiva, o projeto de tese intitulado “A memória do mal: ‘guerra sem fim’ entre o direito originário e o direito de matar a população indígena brasileira”, propõe um estudo qualificado sobre a necropolítica voltada para os indígenas, fazendo assim, dá continuidade aos estudos autorais sobre a questão indígena no Brasil que envolve artigos, monografia e dissertação, contemplando o século 16 aos nossos dias. Tem-se em vista o mapeamento de quem está apoiando a ocupação dos territórios tradicionais indígenas e a não demarcação.

No que se refere à teoria da necropolítica, formulada por Achille Mbembe (2018), penso na soberania do Estado brasileiro, como aquela que se erige na capacidade de matar os indígenas para possibilitar a manutenção de latifúndios, do agronegócio e do capitalismo alienígena. Sabe-se que desde a invasão oficial, em 1500, há uma expressiva barbárie em curso contra os povos indígenas, que à época foi assegurada pela política do escambo, escravidão, catequese, descimentos e expulsões, oriundas de etnocídio, genocídio e extermínio. Essa amalgama, engessada na memória e nos corpos dos indígenas, até os nossos dias, rouba territórios tradicionais, colocando em risco a sobrevivência dos povos originários.

A lógica é de ter mais mineradoras nas terras indígenas, para satisfação e sustento da burguesia, preconceituosa e capitalista, do que agricultores, coletores, pescadores e caçadores tradicionais, vivendo integrados à natureza, promovendo, assim, a

garantia de um devir sustentável para o país e a respiração da humanidade. As expropriações do ser, do saber e dos modos de vida devem ser desintegradas pela força da pesquisa em Crítica Cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DEVIR NA CRÍTICA CULTURAL

Uma condição necessária para desenvolver um trabalho profícuo, na perspectiva da Crítica Cultural, e ser bem-sucedido pela via dessa formação, é não se desviar do caráter transgressor. Levando em consideração que o grande mestre genebrino foi revolucionário ao descobrir o signo linguístico e reconhecer o sujeito falante, pesquisar fora da Crítica Cultural é perder a oportunidade de se desprender da metafísica e do conhecimento arborescente. Pode-se defender que o Doutorado, no referido Programa, concede o acesso aos conceitos caros às várias disciplinas das ciências humanas e sociais, fundamentado no método interdisciplinar. Isso significa pensar no que Santos (2019) denominou de *platô crítico cultural*, em defesa da multiplicidade enquanto parâmetro de trabalho do (a) crítico (a) cultural, conforme algo que:

estímulo a pesquisa e o trabalho político relativos à repercussão da descoberta do signo linguístico-literário nas ciências humanas, seus impactos epistemológicos, suas viradas linguístico literárias, suas novas descobertas e seus rebatimentos, em contrapartida, nos estudos de língua e literatura, para, em conjunto e coletivamente, se reinventar, sobretudo na periferia capitalista, o sentido de democracia e abrir possibilidades para a prática efetiva da cidadania cultural (SANTOS, 2019, p. 12).

O autor é ainda mais categórico quando explica que os critérios básicos para se fazer pesquisa em Crítica Cultural inibem qualquer experimentação limitada à linguística ou à literatura. Enquanto doutoranda do Curso, isso me leva a crer que, apesar da dificuldade de fazer entender esse princípio, é bem-vinda a

articulação com outras áreas de conhecimento, desde que tenham realizado viradas críticas no seu campo teórico. Se há signos linguístico-literários impressos em textos de diversas disciplinas da área das Ciências Humanas, o futuro Doutor em Crítica Cultural está livre para consultar um vasto acervo de conceitos, em várias línguas, para compor seu método de trabalho, sem perder de vista que a pesquisa está inserida no campo linguístico-literário.

É significativo, neste aspecto, retomar a contribuição do professor Fábio Durão, no sentido em que a literatura serve de inspiração às ciências humanas, em geral, como é possível constatar por meio do legado teórico de Marx, Freud, Nietzsche, Lévi-Strauss, Deleuze, entre tantos outros. A metodologia da pesquisa em literatura pode reconhecer essas teorias de peso e ser beneficiada. É justamente isso que propõe a linha de pesquisa de literatura no Doutorado em Crítica Cultural. Como exemplo, está minha pesquisa encaminhada, pela qual assumo a posição de pesquisadora Pós-crítica, engajada na causa-condição dos povos indígenas brasileiros.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1998.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lex: coletânea de legislação e jurisprudência*. Brasília, 10 de mar de 2008; 187ª da Independência e 120ª da República, 2008.
- DURÃO, Fábio Akcelrud. Perspectivas da crítica literária hoje. *Revista de poesia e crítica literária*, 2016.
- DURÃO, Fábio Akcelrud. Reflexões sobre a metodologia de pesquisa nos estudos literários. *D.E.L.T.A.*, 31-especial, 2015.
- MONTAIGNE, Michel de. *Ensaíos*. Trad. Sérgio Milliet. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Hucitec, [1580] 1987.

PINTO, Juliene Cristian Silva. *Escrituras de “índio”: modos estético-políticos de combater e superar as ordens de despejo. Dissertação (Mestrado)* — Departamento de Educação. Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação Crítica Cultural Pós-Crítica-PPGHI, Campus II. 2019.

PINTO, Juliene Cristian Silva. *Visões do paraíso: Thevet, Léry e Diderot*. Monografia (Graduação) — Departamento de Educação. Universidade do Estado da Bahia. Licenciatura em Letras, Língua Francesa e Literaturas. Campus II. 2016.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

SANTOS, Osmar Moreira. Platô de crítica cultural na Bahia: por um roteiro de trabalho científico transgressor. *In: 40 anos do GELNE*, 2019.

SEMINÁRIOS AVANÇADOS: TEORIAS E MÉTODOS. *1 vídeo (2h46min) Aula gravada*. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1NtxfcQ6Xrz3-VbyK5gEAQSBof-0r_4OK/view?usp=sharing. Acesso em: 13 ago. 2020. Participação de Osmar Moreira dos Santos, Fábio Akcelrud Durão, José Carlos Felix e discentes da Graduação, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado da Universidade do Estado da Bahia, Campus de Alagoinhas.